

VIII Congresso conclama categoria a lutar pela volta da paridade

A paridade entre os três segmentos e a democratização das estruturas de poder da Universidade foram bastante discutidos durante o VIII Congresso dos Trabalhadores da Unesp. O companheiro Reinaldo Cervatti Dutra, da Diretoria Colegiada do Sintunesp, falou sobre o tema e defendeu o fortalecimento da luta pela volta da paridade, ou seja, para que professores, funcionários e estudantes tenham igual peso de representação nos órgãos colegiados e durante a eleição de dirigentes da Universidade.

“A Universidade deve ser uma escola de democracia”, destacou Reinaldo. Para ele, a igualdade entre todos os segmentos que compõem e constroem, com seu trabalho e suas lutas, o dia-a-dia da instituição, é critério mínimo de democracia na instituição.

Como sabemos, atualmente, o voto dos professores tem peso de 70%, cabendo apenas 15% aos funcionários e 15% aos estudantes. Considerando o mecanismo como retrógrado, reacionário e antidemocrático, a reivindicação é que os três segmentos tenham peso igual e que sejam, igualmente, considerados cidadãos de primeira classe.

A Unesp, que deveria ser a vanguarda do conhecimento e da democracia, papel destinado às universidades, vêm reproduzindo as relações políticas que vigoraram no Brasil até as primeiras décadas de 1900, quando podiam votar apenas os “homens bons”, pessoas consideradas superiores financeiramente ou intelectualmente, que detinham o poder sobre os destinos de toda a comunidade. Foi essa lógica que impediu, por muito tempo, que participassem das eleições as mulheres, os negros, os analfabetos, os pobres, os índios.

É sempre relevante lembrar que a Unesp contava com eleições paritárias desde 1983, como produto direto da luta de sua

Igualdade, já!



Reinaldo: “Universidade deve ser uma escola de democracia”

comunidade, processo que foi, posteriormente, referendado no Estatuto da Universidade, aprovado em 1988. Esse quadro só mudou a partir de 1996, quando a Unesp adequou-se à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei 9.394/96). Essa adequação, muito mais do que uma

exigência legal, foi uma desnecessária submissão do Conselho Universitário (CO) às leis federais de restrição à autonomia universitária.

“É inadmissível que, em pleno século 21, essa situação perdure”, disse Reinaldo em sua exposição. Ele citou um fato desconhecido da maioria: um levantamento feito pela secretaria de comunicação da Universidade Federal de Brasília (UnB) aponta que das 43 universidades federais, 23 já elegem seu reitor por voto paritário.

Plano de lutas

O VIII Congresso aprovou algumas medidas de luta pela volta da paridade, como pode ser conferido na pág. 8.

Congresso impulsiona luta contra a terceirização

Delegados avaliaram proposta de filiação dos terceirizados ao Sintunesp

A terceirização foi assunto de uma exposição e de duas teses durante o VIII Congresso dos Trabalhadores da Unesp. A exposição foi feita por Claudionor Brandão, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp). Ele informou que, naquela universidade, a terceirização começou pela limpeza e que, hoje, há quatro mil trabalhadores terceirizados na instituição. “O objetivo é reduzir o custo da mão-de-obra”, ressaltou Brandão, relacionando os salários dos terceirizados com o que é pago pela USP. “Enquanto o piso da USP é de R\$ 1.067,00, mais R\$ 320,00 de auxílio alimentação, em geral os terceirizados ganham apenas o salário mínimo.”

Além da terceirização direta, a USP também contrata através das fundações, da mesma forma que ocorre na Unesp. “As fundações representam uma forma híbrida de terceirização e privatização da universidade e a diferença é que esse processo se desenvolve por dentro”, disse.

“A contratação via empresas terceirizadas ou fundações compromete a organização sindical dos servidores”, prosseguiu o diretor do Sintusp. “Mas é importante discutir que os servidores não



Wagner e Freitas: Debate sobre métodos de luta contra a terceirização

devem responsabilizar os terceirizados, mas sim quem terceiriza”, alertou. Brandão disse que o Sintusp aceita a filiação dos trabalhadores terceirizados, pois entende que organizá-los é uma forma de inviabilizar a terceirização na prática.

Polêmica

Os companheiros Luiz Carlos de Freitas Melo e Wagner Alexandre, membros da Diretoria Colegiada do Sintunesp, advogaram teses divergentes sobre o tema. Enquanto Freitas propôs que os trabalhadores contratados pelas empresas terceirizadas e fundações pudessem se filiar ao Sindicato, Wagner defendeu o contrário.

Em sua tese, Freitas argumentou que não podemos fechar os olhos para o fato de que esses trabalhadores realizam as mesmas tarefas, nos mesmos espaços físicos, e, o mais importante, são remunerados por recursos públicos. “No entanto, por terem regime de trabalho diferenciado, podem ter diferente época de dissídio, diferentes percentuais de aumento de salário, diferentes concessões de benefícios e demais reivindicações empregatícias, o que nos divide e fragiliza enquanto trabalhadores das mesmas instituições”, disse. “Assim, trazendo para nossos quadros esses trabalhadores, estaremos reconhecendo que estamos do mesmo lado, desferindo um pesado golpe contra um dos princípios fundamentais para a existência das empresas terceirizadas e fundações, que é o da redução dos custos de manutenção das Universidades, por meio da precarização das relações de trabalho e redução de salários e benefícios”, concluiu.

Uma andorinha só não faz verão Delegados reafirmam importância da filiação ao Sindicato

A necessidade de ampliar o quadro de filiados ao Sintunesp foi um ponto bastante debatido entre os delegados presentes ao VIII Congresso. O companheiro Anderson Rodrigues, de Rio Claro, apresentou uma contribuição sobre o tema. Ele lembra que existe um único fator que pode expressar a força de uma categoria ou segmento: a representatividade. Se o Sindicato tem por trás de si uma categoria organizada e participativa, certamente terá mais força para defender os seus direitos. “É fato que a representatividade não delega plenamente o poder de decidir, mas, com certeza, fortalece a argumentação e o compromisso de qualquer representante. Ela é maior quanto maior for a participação”, pondera Anderson. O companheiro José Ap. Castelli, de Bauru, também apresentou um texto sobre o assunto. Ele propôs que o Sindicato promovesse uma campanha intensiva de filiação e que atue no sentido de formar novos quadros nas bases, principalmente nas unidades que não possuem Diretores de Base.



Operários (Tarsila do Amaral)

Filiar ou não a uma central sindical?

Debate foi um dos mais envolventes durante o VIII Congresso. Conlutas foi tema de palestra

Entre os temas mais debatidos durante o VIII Congresso dos Trabalhadores da Unesp, sem dúvida esteve a proposta de filiação do Sintunesp a uma central sindical, especificamente a Conlutas.

A tese foi defendida pelo companheiro Reinaldo Cervatti Dutra, membro da Diretoria Colegiada. Ele resgatou o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, em pleno contexto de fim da ditadura militar, como sendo um marco para o movimento sindical brasileiro. “Com o passar dos anos, mesmo antes da ascensão do PT/Lula ao poder, a CUT já se transformava em uma espécie de escritório do governo, uma extensão do Estado no movimento sindical”, assinalou. Como exemplo, citou o início da reforma da Previdência, aceita e negociada pela CUT com o governo Fernando Henrique Cardoso, em meados da década de 90.

“É preciso ser realista: a CUT faliu e não nos representa mais”, reforçou. Reinaldo lembrou que, à procura de uma alternativa à CUT, os setores mais combativos do movimento sindical brasileiro se organizaram e criaram, em 2004, a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). Reinaldo foi um dos representantes do Sintunesp neste encontro, realizado em Luiziana (GO), ao lado de Alberto de Souza, atual Coordenador Político do Sindicato. Entre as medidas aprovadas pelos cerca de seis mil trabalhadores presentes, estava uma



Atnágoras: “Filiar ou não a uma Central tem a ver com a reação à crise”

jornada de lutas contra as reformas neoliberais do governo Lula.

Em 2004, durante o VII Congresso do Sintunesp, os delegados aprovaram que a entidade deveria se desfiliar da CUT e passar a acompanhar de perto as atividades promovidas pela Conlutas. Assim, o Sindicato enviou representantes ao Congresso Nacional dos Trabalhadores (Conat), em 2006, e ao primeiro Congresso Nacional da Conlutas, em 2008, realizado em Betim (MG).

“É chegada a hora de o Sintunesp dar um passo à frente na defesa da classe trabalhadora e tomar uma posição, filiando-se à Conlutas”, defendeu Reinaldo.

Palestra

Para fornecer mais subsídios aos delegados sobre o tema, o VIII Congresso contou com uma palestra ministrada por Atnágoras Lopes, representante da Conlutas. Ele frisou que o debate sobre filiação à central sindical ganha importância ainda maior em meio à profunda crise econômica mundial. “Filiar ou não a uma central tem a ver com a necessidade de organizar o conjunto da classe trabalhadora, coletivamente, para reagir aos ataques que virão com os desdobramentos da crise, como as demissões e o arrocho salarial.”

Questionado sobre como funciona a Conlutas, o palestrante informou que, ao contrário da CUT, ela tem um caráter sindical e popular, pois conta com a participação não só de sindicatos, mas também de entidades populares e estudantis.

Decisão

Após os debates nos grupos e na plenária final, a decisão da maioria dos delegados presentes indicou a necessidade de aprofundar a discussão sobre o assunto na base, remetendo a discussão sobre filiação a uma central sindical para o próximo congresso.

